

Artigos Livres

Do golpe ao governo Bolsonaro: a reforma do ensino médio e o estado do Paraná

From the coup to the Bolsonaro government: the high school reform and the state of Paraná

Vanessa Domingos Toledo¹ , Samuel Vitorio Barbosa¹ ,
Ligiane Regina Poruczenyski¹ , Carlos Eduardo Laurentino Brancher¹ ,
Angela Terezinha Oliveira Brancher¹ 

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste , Guarapuava, PR, Brasil

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar as vicissitudes e as principais dificuldades encontradas com a reforma do Ensino Médio no Paraná. Buscamos identificar e apontar, por meio de uma linha do tempo, que parte do governo Dilma até o governo Bolsonaro (o qual legitimou tal reforma), com isso, tendo por base as consequências no Brasil, expomos os obstáculos já vivenciados no Paraná como um modo de compreender as interferências curriculares. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, em que se utilizou de documentos, leis, artigos e outras fontes teóricas que serviram de base e fundamento para esta pesquisa, trazendo reflexões e inquietações acerca da Reforma do Ensino Médio no Paraná. Por fim, nossos apontamentos destacam a importância da educação, bem como o rompimento com políticas públicas que compactuam com a lógica do capital, retomando a perspectiva de uma educação emancipadora que evidencie os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: *Impeachment* da Dilma; Políticas educacionais brasileiras; Reforma do Ensino Médio; Paraná

ABSTRACT

The objective of this study is to present the vicissitudes and the main difficulties encountered with the reform of High School in Paraná. We seek to identify and point out, through a timeline, that it starts from the Dilma government to the Bolsonaro government (which legitimized such reform), with this, based on the consequences in Brazil, we expose the obstacles already experienced in Paraná as a way to understand the curricular interferences. This is a bibliographic and documentary study, in which documents, laws, articles and, other theoretical sources were used that served as the basis and foundation for this research, bringing reflections and concerns about the High School Reform in Paraná. Finally, our notes highlight the importance of education, as well as the break with public policies that

agree with the logic of capital, resuming the perspective of an emancipatory education that highlights the subjects involved in the teaching-learning process.

Keywords: Dilma's Impeachment; Brazilian educational policies; High School Reform; Paraná

1 INTRODUÇÃO

O momento o qual se deu a escrita deste artigo, é muito importante para entendermos as políticas que estão sendo desenhadas pelo atual governo¹ de Jair Messias Bolsonaro, percebemos, que em períodos de crises, como no caso da pandemia mundial de COVID-19, os governantes brasileiros aproveitam para atacar e destruir políticas sociais e educacionais. Considerando oportuna tais alterações nos processos educacionais bem como o corte de verbas destinados à Educação², que deixam evidentes que o atual governo não visa uma Educação que vai ao encontro à tomada de consciência política, trazendo o indivíduo como agente de transformação social, por meio da prática pedagógica.

Uma das questões pertinentes nos processos educacionais se dá pelo desdobramento da Reforma do Ensino Médio e as suas incompatibilidades com o modelo educacional e a geração de conhecimento como um dos objetivos principais do sistema educacional brasileiro. As necessidades dos profissionais, bem como as dos principais interessados, foram deixadas de lado. Tais percepções podem ser observadas pelo aumento da carga horária, pelas mudanças curriculares e pela ausência de incentivo governamental de capacitação e apoio aos professores que irão lecionar as novas matérias. As lacunas existentes se tornam visíveis e não se anulam, apenas pelo fato de incluir novas matrizes curriculares, mas se tornam expostas ao fato de questionar a quem interessou tais alterações.

Sena (2019), adverte que os textos e discursos oficiais do Ministério da Educação fazem parecer que as aprendizagens decorrem de um número de técnicas bem

¹ Salientamos que a construção do referido artigo se deu no segundo semestre de 2022, ano eleitoral para a República Federativa do Brasil e, por sua vez, marco de uma possível transição do modelo educacional, proposto pelo ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro.

² O governo federal fazia novo corte de R\$ 1,68 bilhão no orçamento do MEC (Ministério da Educação), sendo R\$ 220 milhões das universidades públicas e institutos federais de educação. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2022/11/28/governo-faz-corte-de-r-17-bi-na-verba-do-mec-em-meio-a-jogo-da-selecao.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 03 dez. 2022.

empregadas ao invés de práticas formativas, embasadas em um projeto educativo, fundamentado em uma ideia de sociedade, escola e currículo. No entanto, cabe frisar que é justamente a dimensão política que fundamenta as práticas formativas, e garantem que o currículo e outros processos do cotidiano das instituições escolares não se dissipem no discurso fantasioso da ausência de intencionalidade.

Desta forma, a partir deste trabalho, buscamos compreender quais são as políticas educacionais desenhadas ao longo dos últimos 11 anos de governo, período este marcado por duas posturas ideológicas (esquerda e direita). Enfatizando a Reforma do Ensino Médio e suas implicações para o estado do Paraná, tendo em vista que esse “novo” Ensino Médio vai ao encontro do que tínhamos há algum tempo atrás.

Por último, é importante pensar uma educação direcionada para o exercício da cidadania, colocando os sujeitos no centro do processo educativo levando a uma formação emancipatória, em que os sujeitos envolvidos possam se ver como protagonistas, no qual participam das tomadas de decisões políticas como forma de transformação de concepções de mundo, educação e sociedade.

2 DILMA, TEMER E BOLSONARO: ASPECTOS IMPORTANTES PARA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesta seção, nos deteremos a comentar sucintamente o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff e a ascensão do seu vice, Michel Temer e a eleição de Jair Messias Bolsonaro (indicar o ano desses acontecimentos), apontando aspectos relativos às mudanças educacionais na atual conjuntura educacional brasileira. Justificamos que adotamos tal postura de apresentarmos o contexto do golpe, para podermos demonstrar que o desmantelamento das políticas educacionais propostas pelo presidente Bolsonaro tem origens anteriores à sua ascensão ao poder.

Sendo assim, iniciamos apresentando a primeira presidenta³ da história da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT)

³ Adotaremos o termo presidenta por questões ortográficas, pois a flexibilização da palavra já se encontra aceita pelo Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), e, também, para demarcarmos a importância de utilizarmos o gênero feminino em cargos políticos.

iniciou seu primeiro mandato no ano de 2011, sua campanha foi encabeçada por Luiz Inácio Lula da Silva, que nas eleições de 2010 era presidente do Brasil. A eleição de Dilma foi um marco para a história republicana brasileira, pois ela foi a primeira mulher a se tornar presidenta no Brasil, e também, por ser a primeira a sofrer *impeachment* durante seu segundo mandato, neste caso, no ano de 2016.

Dilma foi uma grande ativista socialista durante sua juventude, conforme aponta Vizeu (2019). Esteve à frente de inúmeros movimentos contra a Ditadura Militar no Brasil, chegando até ser presa e torturada por Carlos Alberto Brilhante Ustra⁴. Como presidenta, Dilma deu continuidade aos encaminhamentos do seu antecessor. De acordo com Saviani (2018), as políticas educacionais de Dilma não se diferiram muito do que já havia sido proposto por Lula, a presidenta fez algumas inclusões na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.396 de 1996, como a inclusão do § 3º do Art. 79 que disserta sobre a formação superior para indígenas⁵ e a inclusão do § 7º do Art. 26 que inclui nos currículos do Ensino Fundamental e Médio a discussão sobre os componentes da defesa civil e educação ambiental⁶. Além de medidas pontuais, Dilma teve destaque na criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que atingiu grande amplitude ao fornecer aos jovens oportunidades para se profissionalizar e consequentemente, conseguirem um emprego. Saviani (2018) aponta que esse programa contou com auxílio de outros subprogramas, como o Bolsa-Formação, que consistia em ampliar a formação em áreas específicas para as necessidades urgentes do mercado de trabalho.

Como falamos anteriormente, o governo Dilma foi marcado pela continuidade das propostas de Lula, desta forma, destacamos que Lula foi o presidente mais aclamado pelos profissionais da educação, pois construiu e incentivou políticas importantes para a Educação Básica e para o Ensino Superior, como o Bolsa-Família (que não foi criado no governo Lula, mas teve sua ampliação durante seus mandatos), ProUni - Programa

⁴ Ex-coronel do Exército Brasileiro. Ustra era conhecido também como Dr. Tibiriçá e esteve à frente das repressões realizadas nos governos militares no Brasil. Além disso, Ustra foi dado como herói por Bolsonaro em 2019.

⁵ Realizada pela Lei nº 12.416 de 09 de junho de 2011.

⁶ Realizada pela Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.

Universidade Para Todos, FIES - Financiamento Estudantil, a criação do FUNDEB - Fundo Nacional para Educação Básica e a criação de 18 universidades públicas (Saviani, 2018).

Conforme aponta Frigotto (2010), Lula foi capaz de articular os interesses da classe trabalhadora e da burguesia, sendo o presidente que atendeu “a maioria desvalida” e a minoria “prepotente”. Portanto, podemos afirmar que os governos de Lula e Dilma tinham propostas pertinentes à educação que visavam melhorias para as escolas públicas brasileiras.

Assim sendo,

Em síntese, pode-se afirmar que, no campo educacional, ao longo dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, muitos avanços podem ser registrados, tanto na educação básica como na superior: os investimentos cresceram e atingiram todas as etapas da educação pública, cresceu o número de jovens que ingressaram no ensino médio com a idade certa, aumentou o acesso ao ensino superior, houve interiorização das universidades, os profissionais da educação ganharam o piso salarial. Além disso, realizaram-se as conferências nacionais de educação de 2010 e 2014 (Conae 2010 e Conae 2014), impulsionadas pela mobilização da sociedade civil e da sociedade política em prol da garantia do direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade referenciada pelo social (Aguiar, 2019, p. 5).

Entretanto, como já dizia Carlos Gonzaga, cantor brasileiro, nem tudo são flores. Dilma, seguiu para sua reeleição em 2015 e foi eleita com 51,64% dos votos válidos, porém seus dias já estavam contados, em maio de 2016, Dilma foi acusada de cometer crime de responsabilidade fiscal e assim iniciaram investigações para deferir o pedido de *impeachment* da presidenta. É importante mencionar que, após o afastamento de Dilma, o seu vice Michel Temer assumiu como presidente interino e imediatamente colocou na pasta de planejamento o senador Romero Jucá (PMDB-RR), aliado dele e que encabeçou todo o processo de *impeachment* da presidenta, percebemos que o interesse em Temer em ser presidente, se tornou maior do que a coligação realizada em 2011 com a presidenta Dilma e o PT.

Em agosto de 2016, a presidenta foi afastada de vez pelo *impeachment*, assim, assumindo não mais como interino, Michel Miguel Elias Temer Lulia, que ganhou o título de presidente mais velho do Brasil, pois assumiu a presidência com 75 anos. Para

Vizeu (2019), Temer foi o presidente das reformas, e de fato, ele conseguiu aprovar inúmeras reformas, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista.

Michel Temer é advogado formado pela Universidade de São Paulo (USP), e após formado, não se envolveu com política e se manteve focado em sua profissão. Sua aproximação com a política só iniciou com o afrouxamento da Ditadura Militar no Brasil. Desta forma, em 1981 se filiou ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro⁷, partido que permanece até os dias atuais e o qual fez algumas coligações com o PT (Vizeu, 2019).

Para o setor educacional, o governo Temer impulsionou inúmeras mudanças e reformas, estas, por sua vez, vinculadas ao capital e ao estímulo à privatização da educação. Melo e Sousa (2017, p. 25) comentam que “as reformas educacionais que estão sendo impostas à sociedade brasileira, pelo governo atual interino de Michel Temer, aprofundam tendências privatistas presentes historicamente na educação pública brasileira”.

Destarte, o governo Temer foi o responsável por aprovar a Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016, a qual congela os gastos públicos por 20 anos, inclusive os gastos com a educação⁸. Além disso, tivemos a Medida Provisória nº 746 de 2016, que desobriga o ensino de Artes e Educação Física no Ensino Médio, a Portaria Normativa nº 20 de 2016 que restringiu o número de vagas nas universidades públicas, a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a aprovação da Lei nº 13.415 de 2017 que trata sobre a Reforma do Ensino Médio. Salientamos que, estas foram as principais reformas realizadas pelo governo Temer, mas tivemos muitos outros feitos.

A base homologada por Temer teve o intuito de retornar os preceitos neoconservadores e neoliberais, sendo eles preconizados pela volta do Ensino Religioso como componente curricular, a falta de participação dos professores na realização da base, a participação ativa das fundações e institutos privados na construção da base, a falta de sensibilidade com a transição dos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental para os anos finais, antecipação do processo de alfabetização e a retirada do Ensino Médio da BNCC, reescrevendo uma proposta específica para essa etapa.

⁷ Hoje conhecido somente como MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

⁸ Usamos o termo “gastos”, mas sabemos que todo dinheiro depositado na educação, em qualquer nível, é um investimento.

Por conseguinte, compactuamos com Frigotto e Ciavatta (2006), ao utilizarem os termos “formação do cidadão produtivo” e “assujeitado à lógica mercantil” para definirem a base homologada por Temer. Desta maneira, Temer como gestor do país, retrocedeu com inúmeras políticas idealizadas e realizadas nos governos anteriores, sendo assim,

A temeridade à educação está posta, ataques a direitos básicos como acesso permanência ao ensino podem sim ser vislumbrados numa proposta de agenda governamental totalmente pautada mais sob a ótica da eficiência e eficácia do gasto em educação, e muito menos do que ser vista como internacional, onde os grandes grupos educacionais põem em risco anos de luta da comunidade educacional brasileira (Melo; Souza, 2017, p. 35).

Após os dois anos do mandato, Temer conseguiu realizar reformas que impediram e pararam os avanços alcançados durante os governos petistas de Lula e Dilma. É importante enfatizar que, de acordo com Aguiar (2019), o governo de Fernando Henrique Cardoso já havia acirrado os preceitos neoliberais no Brasil, mas foi no governo Temer que esses preceitos se intensificaram e hoje estão aflorados na política educacional brasileira.

Dando continuidade às reformas e ao desmonte da educação pública brasileira, nas eleições de 2018, Jair Messias Bolsonaro é eleito com 55,1% dos votos válidos, sendo assim, presidente do Brasil para o quadriênio de 2019-2021. Bolsonaro com o slogan “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” foi eleito com base nas polêmicas em que se envolveu durante a campanha eleitoral e seus esforços de aparecer nas mídias dois anos antes das eleições.

É importante mencionar que, Bolsonaro foi ex-militar do Exército, e ex-deputado federal pelo Partido Social Liberal (PSL-RJ). Ele por sua vez, conforme aponta Vizeu (2019), não era muito bem-visto pelos militares, inclusive, Ernesto Geisel (ex-presidente/ditador durante a Ditadura Militar) proferiu as seguintes palavras⁹: “presentemente, o que há de militares no Congresso? Não contemos o Bolsonaro, porque o Bolsonaro é um caso completamente fora do normal, inclusive um mau militar”.

⁹ Depoimento dado por Ernesto Geisel em 1993 aos pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas em: VIZEU, R. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019.

Bolsonaro atuou como deputado federal desde 1990 e só se afastou do cargo para presidir o Brasil, durante os mais de 20 anos que esteve atuando na câmara, apresentou mais de 170 projetos, mas só teve 3 deles aprovados (Vizeu, 2019). Como presidente, sua agenda para o Brasil era a de manter o acirramento das perspectivas privatistas.

Para a Educação, Bolsonaro não fez nada muito diferente dos caminhos trilhados por Temer. Conforme aponta Abrucio (2021), a partir da análise do plano de governo de Bolsonaro, era perceptível que havia uma proposta de uma suposta melhoria da educação com base em uma agenda moral e não técnica. Sendo assim, temos um governo pautado em perspectivas moralistas sem base teórica e técnica para prever melhorias de fato.

Abrucio (2021) aponta também que, o ódio a Paulo Freire se intensificou durante o governo de Bolsonaro, e o mesmo durante os debates das eleições presidenciais em 2022 disse a seguinte frase “Lula, seu Paulo Freire não deu certo”¹⁰, declarando abertamente sua repulsa por um grande nome da educação não só brasileira, mas mundial.

Além disso, no que tange a educação, Bolsonaro impulsionou a prática do *homeschooling* (ensino em casa) defendendo-o junto aos seus aliados como um direito das famílias brasileiras. Para Traversini e Lockmann (2022), trata-se de um direito excludente, que sustenta a retirada do aluno da escola. Sobre isso, vale mencionar ainda que Damares Alves (ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e Abraham Weintraub (ex-ministro da Educação) incentivaram essa questão em defesa de uma suposta melhoria da educação, pois os pais teriam liberdade para ensinar.

Por conseguinte, a educação brasileira passou a sofrer grandes interferências dos militares, Bolsonaro ficou famoso por chamar militares para assumir alguns ministérios durante seu mandato, mas não foi só lá que eles ficaram. Cunha e Lopes (2022), apontam que a militarização das escolas públicas brasileiras foi uma pauta defendida por Bolsonaro e consolidada a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). O Pecim é um programa que coloca militares da reserva - seja ele de qualquer área - para conduzir e coordenar escolas públicas¹¹.

¹⁰ Debate ocorrido no dia 16 de outubro de 2022 durante o segundo turno das eleições, transmitido pela emissora Globo.

¹¹ No estado do Paraná, os militares foram chamados para assumir escolas ditas como “problemáticas” ou que possuíam índices altos de reprovação e/ou insubordinação às regras, de acordo com o documento disponível em: <https://pecim.ibict.br/wp-content/uploads/2022/07/Livro-Pecim.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

Compactuamos com Cunha e Lopes (2022, p. 11) que mencionam que esse processo de militarização das escolas públicas reproduzem e “evidenciam uma lógica econômica neoliberal de gestão articulada às lógicas de centralização, hierarquia e disciplina demandadas por conservadores militares”.

Além disso, o governo Bolsonaro foi responsável por incentivar o movimento Docentes pela Liberdade (DPL), movimento este apontado por Barbosa (2021) como semelhante ao Escola Sem Partido, e se propõe a vigiar, denunciar e combater ideologias contrárias aos valores liberais e conservadores, ou seja, buscando uma “educação neutra”, a qual não existe. Conforme aponta Freitas (2018), não há neutralidade na educação, toda ação é completamente intencional e assume um lado.

Por último, Renato Janine (ex-ministro da educação do governo Dilma) em uma entrevista para o programa Mundo Político¹² em agosto de 2021, pontua que Bolsonaro nunca teve um projeto de governo para educação, muito pelo contrário, sempre agiu sem propostas de fato importantes para o setor, e isso demonstra a intencionalidade do governo em submeter a “maioria desvalida” à “minoridade prepotente”.

Sendo assim, a próxima seção deste trabalho abordará sobre a Reforma do Ensino Médio que além de ter sido realizada no governo Temer, foi intensificada no governo Bolsonaro e demonstra um grande desestímulo aos estudantes das escolas públicas do Ensino Médio a continuarem seus estudos e seguirem para a graduação, sendo um estímulo a volta do tecnicismo e deixando as vagas das universidades públicas para os filhos dos ricos.

3 A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SUAS IMPLICAÇÕES

É de conhecimento universal que o direito à educação é um meio fundamental para garantir que todos os indivíduos - independentemente de sua etnia, raça, cor e gênero - tenham acesso a todos os espaços políticos e sociais de um país, haja vista a possibilidade de crescimento social. Por meio disso, e diante das realidades vividas pelo povo brasileiro, é imprescindível analisar a Reforma do Ensino Médio¹³ vigente,

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MILmIED9YKg>. Acesso em: 19 nov. 2022.

¹³ De acordo com o Ministro da Educação titular na época da aprovação da Lei, José Mendonça Bezerra Filho, a proposta de um

para que possamos problematizar os impactos que ela vem causando na garantia do direito à educação e à qualidade educacional.

A atual Reforma do Ensino Médio, expressa por meio da Lei 13.415 de 16 de fevereiro de 2017¹⁴ - decorrente da Medida provisória (746/2016) - promoveu alterações radicais na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) relativamente a essa etapa da Educação Básica.

Numa perspectiva político-social, faz-se coerente questionar: a quem interessa a reforma? Para Saviani, “essa é uma reforma que, na verdade, implica um retrocesso para a década de 1940, quando estava delimitada a formação profissional de um lado e a formação das elites de outro [...]” (2018, s/p).

A educação é responsabilidade de cada estado brasileiro pertencente à federação, elas se destinam à estrutura organizacional decorrentes das políticas pré-estabelecidas. Embora, o Ensino Médio seja na República Federativa do Brasil, responsabilidade de cada estado, a definição mais ampla de sua estrutura e da organização curricular decorre de políticas estabelecidas no âmbito nacional, tais definições podem ser encontradas nos Planos Nacionais de Educação (PNE), na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nas Diretrizes Curriculares Nacionais, segundo o senso comum idealizado, de acordo com as necessidades que os ocupantes de cargos em agências governamentais acham necessários para a educação e seu próprio benefício.

Em conformidade com a Lei 13.415, a reforma curricular do Ensino Médio tem por objetivo principal tornar o currículo mais flexível - tendo como enfoque quatro áreas principais: a carga horária; a formação técnica; o notório saber e as disciplinas obrigatórias – que, por sua vez, tornarão melhor a forma de atender os interesses dos alunos. Para que tal justificativa se torne coerente, utilizam-se duas considerações fundamentais: a baixa qualidade do Ensino Médio ofertado no país e a necessidade de torná-lo atrativo aos alunos, em face dos índices de abandono e reprovação.

É verídico que dentro do contexto contemporâneo educacional, seja ele mundial ou nacional, encontramos uma forte ligação política. Várias instituições mundiais vêm

novo modelo de ensino médio surgiu devido aos baixos índices de desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa e Matemática, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que não alcança as metas projetadas desde o ano de 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/novo-ensino-medio>. Acesso em 19 de nov de 2022.

¹⁴ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 19 nov. 2022.

influenciando as reformas educacionais por intermédio das mudanças tecnológicas e com as demandas oriundas das necessidades da força de trabalho. Diante deste contexto, é necessário observar os processos de modernização e globalização, provenientes do capitalismo - que busca explorar por meio da mínima instrução possível, sendo que poderia educar, permitindo que o cidadão seja consciente das contradições existentes no sistema.

O aumento da escolaridade sempre foi uma batalha das forças progressistas. O capital sempre procurou sonegar instrução. No entanto, o novo padrão de exploração com uso de tecnologia sofisticada - que altera a composição orgânica do capital pela complexificação e valorização do capital fixo - exige que a "torneira da instrução" seja aberta um pouco mais (...) (Freitas, 1992, p. 93).

Com as novas determinações do capital, os governantes veem a necessidade de políticas públicas que invistam no sistema educacional, haja vista, a forte demanda para produzir trabalhadores capacitados ao novo modelo de trabalho e mercado econômico. Ademais, Freitas nos ajuda a refletir ainda mais quando questiona: "como instruir um pouco mais sem aumentar o grau de conscientização das classes populares?" (1992b, p. 93-94).

Em decorrência dessa nova necessidade emergente de capital, o Ministério da Educação do Brasil declinou a Reforma do Ensino Médio, sem a participação coletiva e democrática. De fato, tal reforma representa um marco histórico de retrocesso no sistema educacional. A proposta educacional, de cunho político neoliberal¹⁵, propõe um ensino de interesses à classe dominante, onde o cidadão aprende apenas o necessário e o que o mercado de trabalho necessita. O sentimento diante da reforma do Ensino Médio e as novas formas de educar é de uma falsa liberdade.

É importante observar que as características neoliberais vêm sendo introduzidas no Estado, ditando regras e modos. Podemos perceber que a Educação, como um todo, não está isenta. A sociedade e o sistema educacional permitiram - como forma de necessidade, a competitividade e por meio da Reforma do Ensino Médio, voltada

¹⁵ "[...] uma das características centrais do neoliberalismo é fazer do mercado uma religião. A sacralização do mercado transformou-se numa vitória ideológica do neoliberalismo, talvez a maior delas. A lógica mercantil está sendo aceita como uma lei da natureza, como um dado inquestionável [...]" (Löwy, 1999, p. 170).

ao mercado de trabalho, a escola é um meio de atender as necessidades advindas do Capitalismo. O pensamento neoliberal e liberal-conservador na educação desenvolveu-se no período da ditadura Vargas e se consolidou durante a ditadura militar. Segundo Toledo e Carvalho (2022) no início da década de 1990 o Brasil passou a sofrer maior influência de organismos internacionais e tão logo sofreu pressão para na mudança do papel do Estado, que culminou o acirramento da lógica mercantil na educação.

Segundo Frigotto e Ciavatta (2003), a crise do capital impulsionou as transformações nessa década, assim, tornou-se imprescindível retomar os conceitos de Hayek (1987), que afirmava que as políticas sociais e o Estado de Bem-Estar estimulavam a crise do Estado. As reformas desse período foram caracterizadas por um “pensamento único, uma única solução para a crise” (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 95), influenciado por conceitos como a globalização do capital, o Estado mínimo, mudanças na estrutura estatal e a intensificação da contradição entre capital e trabalho.

O Consenso de Washington (1989) gerou um documento que resultou na adoção dos princípios do neoliberalismo e neoconservadorismo, que serviram de fundamento para as transformações ocorridas nos campos econômico, sociocultural, ético-político, ideológico e teórico. As alterações foram realizadas por entidades internacionais, como:

[...] O Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a ter o papel de tutoriar as reformas dos Estados nacionais, mormente dos países do capitalismo periférico e semiperiférico (Arrighi, 1998). No plano jurídico-econômico, a Organização Mundial do Comércio (OMC) vai tecendo uma legislação cujo poder transcende o domínio das megacorporações e empresas transnacionais. É interessante ter presente o papel da OMC, pois em 2000, numa de suas últimas reuniões, sinalizou para o capital que um dos espaços mais fecundos para negócios rentáveis era o campo educacional (Frigotto; Ciavatta, 2003, p. 96, grifo nosso).

De acordo com Toledo e Carvalho (2022), no contexto regional (América Latina), foram estabelecidos organismos menores para reforçar e apoiar os principais atores. Assim, temos a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL),

a Oficina Regional para a Educação na América Latina e Caribe (OREALC), além do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). De maneira mais abrangente, temos o Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Assim, a educação começou a ser mais impactada por essas entidades internacionais, gerando um conflito entre as necessidades do capital e a democratização do acesso ao saber em todas as esferas. Portanto, a função da educação é mediar e atenuar conflitos, e a noção de cidadania da década passada foi substituída pela de diversidade. É importante analisar os percursos vivenciados pelas políticas educacionais no Brasil no presente e no passado, assim, elas representadas pelas leis, planejamento, pelo financiamento e pelos programas educativos que falam do surgimento de novas dinâmicas de cunho político educacional.

Sobre a relação da educação com as políticas educacionais, cabe-nos perguntar: e a educação, qual a sua função? Neste cunho, a mesma tem função de favorecer aos interesses de mercado, recorrendo a mudanças estruturais na educação básica e no ensino superior, preparando o indivíduo para o desenvolvimento de funções básicas de trabalho, favorecendo assim as instituições privadas.

Segundo Canan (2017), a maior parte da educação oferecida, seja ela básica ou superior, ao aliar-se ao liberalismo assume um caráter mercadológico, de forma modular, superficial e fragmentada, que não promove mudanças, apenas fortalece a atual e confortável situação de aceitação diante dos fatos.

Paulo Freire, no seu livro intitulado “Pedagogia do Oprimido” (2005), nos convida a um olhar atento para a humanidade como forma de compreender o homem como sujeito da história em que se encontra inserido. Discorrer sobre a humanidade, entendida em Freire, e olhar de forma reflexiva para quem é o oprimido, o qual é considerado, por si próprio, como aqueles que têm sua humanidade roubada, são aqueles que não fazem história. No que diz respeito ao trabalho livre como forma de humanidade, somente

quando o oprimido, que por vezes é explorado, desvenda quem é o opressor e se compromete, de forma responsável e libertadora, na luta pela sua libertação. Acredita em si mesmo e na ação libertadora como resultado de uma pedagogia revolucionária.

Neste mesmo sentido, a educação sendo coletiva não transforma a realidade, ela apenas conscientiza o oprimido. Quando buscamos a definição de liderança opressora e revolucionária, na primeira o líder utiliza do seu conhecimento para oprimir as massas para que não ocorra a libertação e transformação da realidade, a segunda usa do conhecimento para libertar as massas, é por meio do diálogo com os oprimidos e com um compromisso libertador de transformação da realidade, porque os homens são comunicação e diálogo enquanto análise crítico-reflexiva sobre a realidade.

Como forma de análise da *práxis* educacional, na próxima seção buscaremos verificar as implicações e as alterações explícitas e implícitas no sistema educacional, bem como em suas políticas vigentes no sistema de educação do Paraná. Fizemos até aqui uma análise de cunho historiográfico e teórico das implicações existentes no sistema educacional brasileiro, com suas variações políticas, aguçando à análise crítica da “nova modalidade de educação” baseada nas necessidades do Capitalismo.

4 OS REFLEXOS, AS MAZELAS E DESAFIOS DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO NO PARANÁ

As intenções políticas estão explícitas e implícitas na reforma do ensino médio, e um dos documentos que merece uma análise minuciosa é a BNCC. Dentre os vários pressupostos está o esforço em “retirar” a dimensão política da educação, colocando-a em terreno neutro.

Além da neutralidade política, a BNCC abstém-se de qualquer conceito ou projeto de sociedade almejada. Sem um propósito assumido neste viés, qualquer narrativa sobre superação de desigualdades e injustiça social não passará, conforme

Sena (2019), de mero discurso formal. A autora (2019) entende que qualquer proposta inserida no universo da vida escolar, atuando sobre o seu papel nos processos formativos, deve explicitar com clareza qual a intenção de sociedade está sendo defendida. É impossível discutir a finalidade da educação e da escola sem ter explícito o contexto social no qual ela está inserida. Da mesma forma, a discussão sobre como ensinar deveria ser feita dentro das relações que entrelaçam a educação: a sociedade.

A educação não se concretiza no vazio das intencionalidades, mas em seu aprofundamento. A clareza política sobre qual sociedade se almeja é essencial para compreender a função da educação e o papel da escola no processo de ensino e aprendizagem. Definidas tais intenções, é possível discutir o currículo e as perspectivas de ensino que nortearão o projeto de escola, que se torna a identidade tanto de alunos quanto de professores e comunidade escolar (Sena, 2019).

Negligenciando tais projetos de sociedade, a intenção implícita na BNCC, desvelada por Sena (2019), é a de um currículo homogêneo com a finalidade de garantir a continuidade da política nacional de avaliação, a qual só é possível mediante uma padronização curricular. As avaliações nacionais mostraram-se uma ótima fonte de recursos públicos para empresas que trabalham na sua elaboração, assim como um mercado lucrativo junto a estados e municípios, já que a mercadoria são métodos surpreendentes que elevam em curto tempo os indicadores nacionais.

[...] estas avaliações em larga escala foram adotadas pelo Brasil nos anos de 1990 e marcaram, por definitivo, a influência de organismos internacionais, inclusive, do campo econômico (a exemplo do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio), na definição das políticas educacionais de países em desenvolvimento. Os setores produtivos passaram a demonstrar seu interesse direto na educação pública de países como o Brasil, visualizando que, alinhar a educação aos interesses econômicos, seria a forma mais rápida de qualificar trabalhadores para a lógica e demandas do mercado que passava por grandes mudanças em sua base de produção (Sena, 2019, p.21-22).

Avançando neste cenário, já se observa no contexto educacional do Paraná pressões junto aos gestores escolares – através dos “tutores” dos Núcleos Regionais

de Educação (NREs) – para o aumento da taxa de rendimento escolar (aprovação) e elevação das médias de desempenho nos exames Prova Paraná, Prova Brasil e Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), uma vez que o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹⁶, nas esferas municipais, estaduais e nacionais, se dá pela relação entre essas duas taxas.

Dentre as diversas ferramentas de controle da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED/PR), com auxílio dos Núcleos Regionais de Educação (NREs), está a plataforma “Escola Total”¹⁷. Desenvolvida para monitorar em tempo real o rendimento dos alunos, a ferramenta tem como *slogan* tratar-se de um instrumento para mensurar o desempenho (notas) dos estudantes, bem como a participação nas aulas (frequência). No entanto, o que se percebe a partir da identificação de índices aquém do estipulado são cobranças junto aos gestores para as devidas alterações.

Paralelo às exigências, são utilizados também, como incentivos aos gestores paranaenses, a realização de homenagens¹⁸ anuais, bem como a entrega de certificados às escolas com maior número de aprovações e melhores índices nos exames estaduais e nacionais. Como mecanismo de garantia destes “avanços”, já foi regulamentado, por meio da Resolução nº 2857, de 2 de julho de 2021, em seu artigo 4º, inciso V, que os gestores devem observar regularmente as aulas dos professores e registrar as observações a fim de realizarem considerações sobre a sua atuação. Quanto às escolas nas quais não são atingidos os números mínimos de aprovação e desempenho, a apuração dos fatos pode acarretar afastamento do gestor, conforme previsto no Decreto 7943, de 22 de junho de 2021, e na Resolução 2857, de 2 de julho de 2021.

Para Sena (2019), ao mesmo tempo que a avaliação em larga escala é viabilizada pelo currículo, ela exerce controle sobre ele. A título de exemplo, a Prova Brasil ganhou status social de expressão máxima da qualidade da educação e competência da

¹⁶ As informações foram extraídas do Portal do Ministério da Educação: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb>. Acesso em: 03 mar. 2022.

¹⁷ Para mais informações, consultar: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Seed-PR-lanca-ferramenta-Escola-Total-para-gestao-em-tempo-real-de-frequencia-e-desempenho>. Acesso em: 03 mar. 2022.

¹⁸ Para mais informações, consultar: <https://www.viceregovernadoria.pr.gov.br/Noticia/Escolas-estaduais-com-melhor-desempenho-no-Iddeb-sao-homenageadas>. Acesso em: 04 mar. 2022.

escola pública. A prova determina não apenas o conteúdo dos livros, mas influencia diretamente o planejamento das escolas.

No estado do Paraná, como estratégia de controle, os planejamentos dos professores das diversas áreas e componentes curriculares, vêm sendo produzidos pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEED/PR, e ficam disponíveis em uma plataforma na qual são registrados frequência do aluno, conteúdo, avaliações e notas, denominado Registro de Classe *Online* (RCO). Os planejamentos confeccionados pela SEED/PR estão alinhados com o Referencial Curricular do estado do Paraná e, consequentemente, com a Base Nacional Comum Curricular.

Neste contexto, muitos professores, na iminência de reduzir o exaustivo trabalho, optam pelos planejamentos prontos, ficando com o encargo de transmitir a aula, já que até mesmo os slides das aulas são produzidos pela Secretaria de Educação alinhados à BNCC e disponibilizados em site oficial da SEED/PR (Aula Paraná)¹⁹. Sena (2019, p. 26) alerta que, no contexto da BNCC, “para o professor restará o papel de apenas um orientador de atividades de cunho prático, determinadas pelos programas de ensino, pelos *softwares*, que dirão o que ensinar, como ensinar e quando ensinar”.

Na eminência de eliminar qualquer resquício de resistência às reformas da Educação Básica, é proposta também a Base Nacional Curricular no âmbito da formação de professores, objetivando assim o alinhamento dos cursos de licenciaturas aos seus princípios e intenções.

[...] visando impedir qualquer movimento dissidente, o MEC propõe alterar os cursos de formação de professores e reduzir seus objetivos e meios às finalidades do modelo de educação que o mercado elegeu como necessário e que serve para exercer controle sobre quem ensina, o que ensina e a serviço de quem estará a educação pública deste ponto da história em diante (SENA, 2019, p.34).

O autor supracitado reforça que o documento é sustentado no esvaziamento teórico da formação, a qual é transformada em um manual de instruções sobre como aplicar conteúdos e desenvolver competências impostas pela BNCC.

¹⁹ Para mais informações, consultar: https://www.aulaparana.pr.gov.br/educacao_basica. Acesso em 04 mar. 2022.

Neste contexto em que “os cercos vão se fechando” é fundamental evidenciar a condição à qual é submetido o professor. Arroyo (p. 16, 2016) analisa que educadores e educandos são considerados destinatários passivos de ditames “que vêm do alto”. A BNCC justifica-se, assim, em uma visão negativa e desqualificada dos professores, já que entrega um “cardápio” intelectual pronto e reduz o professor à função de “requeentar a marmitta”²⁰.

Rufino e Souza Neto (2016), identificam divergências nas transformações curriculares em três grupos: os professores (que efetivamente implementam a prática educativa); os que decidem sobre os processos de inovação escolar (governos e secretarias de educação); e os acadêmicos e pesquisadores (possuem na escola seu objeto de estudo). Nesta falta de articulação dos grupos, não há centralidade nos professores, resultando em uma desvalorização do trabalho do docente.

Ao desprezar os fundamentos teóricos da formação inicial, a BNCC impõe aos professores o que ensinar e como ensinar, em um nível de detalhamento que ignora seu conhecimento, sua autonomia intelectual e pedagógica. Na medida em que um *software* determina o que, como e quando o estudante deve aprender, qualquer um pode mediar este processo, sem qualquer formação aprofundada ou universitária (Sena, 2019).

Tais condições, somadas às avaliações em grande escala, podem levar à judicialização da docência, conforme alerta Sena (2019). Para a autora (2019), o cenário atual viabiliza a culpabilização docente por resultados de processos coletivos a depender da interpretação do “direito à aprendizagem” pelos que se sentirem não atendidos por ele. Essa responsabilização individual do professor pelo desempenho do aluno nas avaliações em larga escala já é comum, ignorando a influência das condições socioeconômicas dos estudantes, condições estruturais das escolas e das redes de ensino. Por isso, ampliam-se os meios de monitoramento da prática docente, conforme citado anteriormente.

²⁰ Ao utilizar esta expressão, nos referimos ao fato de os roteiros de aulas serem entregues aos professores de forma padronizada, que não observam a realidade local e a necessidade da comunidade. O aluno é reduzido apenas a ser um mero receptor daquilo que lhe é dito.

Por fim, as várias considerações acima registradas mostram uma total discrepância entre o discurso identificado na BNCC (Brasil, 2018, p.7) referente a orientação “pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva” e a proposta efetiva que escancara a fragmentação dos componentes e redução do conhecimento científico às competências gerais e habilidades. Para Neira (2017), há uma incompatibilidade entre o que se anuncia e o que se propõe efetivamente, pois o potencial crítico e democratizante cede espaço para a formação instrumental alinhada aos ditames do mercado.

5 CONCLUSÃO

Iniciamos esta conclusão, evidenciando e reforçando que políticas educacionais importantes foram realizadas durante os governos Lula e Dilma e que os governos de Temer e Bolsonaro foram respostas rápidas às exigências dos agentes internacionais que financiam a educação e buscam a partir da precarização da educação brasileira a justificativa para a privatização (Freitas, 2018). Portanto, vimos que as reformas de Temer e Bolsonaro tinham de fato o interesse em retroceder aos avanços na educação brasileira proporcionados pelos governos anteriores.

Segundo Aguiar (2019), a BNCC e a Reforma do Ensino Médio foram os principais ataques à educação pública brasileira. É sabido que a BNCC já havia sido pensada/organizada desde o governo Dilma, mas com a entrada do Temer os rumos da base foram alterados, inclusive no que tange ao Ensino Médio, resultando em um ensino fragilizado, que se opõe aquilo que se discute na academia — o propósito de uma educação emancipatória, dialógica como fora proposta pelo estudioso de renome mundialmente, Paulo Freire.

Com isso, é preciso que educadores - e as políticas educacionais - olhem para uma “educação além do capital” (Mészáros, 2005, p. 19) que esteja dialogando e promovendo debates com a finalidade de cooperar com a manutenção dos direitos

educacionais e sociais. Por meio da construção de pensamentos e com uma Educação de qualidade, criam-se possibilidades de uma educação voltada à minoria, onde todos possam participar da formação político-social que o sistema educacional deve promover. Portanto, nossa tarefa educacional vai ao encontro do pensamento de Mészáros (2005), que é trabalhar intencionalmente para a transformação social, ampla e emancipadora.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L. Bolsonarismo e Educação: quando a meta é desconstruir uma política pública. *In: AVRITZER, L.; KERCHE, F. (Orgs.). **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021. p. 255-269.
- AGUIAR, M. A. da S. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 40, p. 1-24, 2019.
- ARROYO, M. G. Corpos resistentes produtores de culturas corporais. Haverá lugar na Base Nacional Comum? **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 15-31, 2016.
- BARBOSA, J. R. Docentes pela Liberdade (DPL): educação e políticas à direita para um consenso liberal e conservador no Brasil sob o governo Bolsonaro. **Revista de História da UEG**, v. 10, n. 2, e022107, 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 26 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 19 nov. 2022.
- CANAN, S. R. **Influencia de los organismos internacionales en las políticas educativas** ¿Sólo hay intervención cuando hay consentimiento? Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2017. *E-book*.
- CUNHA, V. P. da; LOPES, A. C. Militarização da gestão das escolas públicas: a exclusão da atividade política democrática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 43, n. 1, e258252. 2022.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- FREITAS, L. C. Neotecnismo e formação do educador. *In: ALVES, N. (Org.). **Formação de professores**: pensar e fazer*. São Paulo: Cortez, 1992b. p. 89-102.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *In*: CONFERÊNCIA DE ABERTURA DA XXXIII REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ANPED), 33., 2010, Caxambu. **Documento**, Rio de Janeiro: ANPED, 2010. p. 235-274.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura do mercado no ensino médio técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

LÖWY, M. Estado, democracia e alternativa socialista na era neoliberal. Diálogo coordenado por Pablo Gentili, Luis Fernandes e Emilio Taddei. *In*: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo II: que estado para que democracia?** Petrópolis: Vozes, 1999. p. 77-92.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MELO, A. A. S. de; SOUSA, F. B. de. A agenda do mercado e a educação no Governo Temer. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 25-36, 2017.

NEIRA, M. G. Em defesa de uma teoria pós-crítica da Educação Física. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 20, n. 3, p. 580-592, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/42732/pdf>. Acesso em: 28 nov. 2021.

RAMOS, M. **PEC do teto dos gastos inviabilizou a educação pública no país, diz Dermeval Saviani**. dez. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/12/08/pec-do-teto-dos-gastos-inviabilizou-a-educacao-publica-no-brasil-diz-dermeval-saviani/>. Acesso em: 30 nov. 2022.

RUFINO, L. G. B., SOUZA NETO, S. de. Saberes docentes e formação de professores de Educação Física: análise da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na perspectiva da Profissionalização do Ensino. **Motrivivência**, Florianópolis v. 28, n. 48, p. 42-60, 2016.

SAVIANI, D. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. 5. ed. rev. e ampl. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, D. **Dermeval Saviani afirma que golpe retrocedeu a educação para 1940**. fev. 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/dermeval-saviani-afirma-que-golpe-retrocedeu-a-educacao-para-1940/>. Acesso em 15 ago. 2022.

SENA, I. P. F. S. Convite ao questionamento e à resistência ao abismo lançado pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC. *In*: UCHOA, A. M. C.; SENA, I. P. F. S. (Orgs.). **Diálogos Críticos: BNCC, educação, crise e luta de classes em pauta**. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.

TOLEDO, V. D.; CARVALHO, S. R. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua concepção de mundo. *In*: GONÇALVES JÚNIOR, E. B.; CARVALHO, S. R.; RAUE, V. E. R. (Orgs.). **Educação em tempos de crise: política, ideologia e história**. Guarapuava: Apprehendere Editora, 2022. 132-198.

TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K. Problematização da escolarização doméstica: uma defesa da escola pública enquanto espaço comum e democrático. **Pro-Posições**, Campinas, SP, v. 33, e20200040, 2022.

VIZEU, R. **Os presidentes: a história dos que mandaram e desmandaram no Brasil, de Deodoro a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2019.

Contribuição de Autoria

1 – Vanessa Domingos Toledo

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste/Unicentro

<https://orcid.org/0000-0001-6009-6129> • vanessatoledo@unicentro.br

Contribuição: Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Administração do projeto, Recursos, Supervisão, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.

2 – Samuel Vitorio Barbosa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Guarapuava-PR

<https://orcid.org/0009-0006-9577-1634> • sv21barbosa@gmail.com

Contribuição: Conceptualização, Investigação, Metodologia, Recursos, Validação,, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.

3 – Ligiane Regina Poruczenyski

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Guarapuava-PR

<https://orcid.org/0000-0002-5286-6688> • ligianeregina@gmail.com

Contribuição: Conceptualização, Investigação, Metodologia, Recursos, Validação,, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.

4 – Carlos Eduardo Laurentino Brancher

Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Centro-Oeste

<https://orcid.org/0000-0002-8345-7924> • carlos.brancher@escola.pr.gov.br

Contribuição: Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Recursos, Supervisão, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.

5 – Angela Terezinha Oliveira Brancher

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/Guarapuava-PR

<https://orcid.org/0000-0001-7779-9103> • angeela.oliveira@hotmail.com

Contribuição: Conceptualização, Curadoria de dados, Investigação, Recursos, Validação, Visualização, Redação – rascunho original, Redação – revisão e edição.

Como citar este artigo

TOLEDO, V. D.; BARBOSA, S. V.; PORUCZENYSKI, L. R.; BRANCHER, C. E. L.; BRANCHER, A. T. O. Do golpe ao governo Bolsonaro: a reforma do ensino médio e o estado do Paraná. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 38, e74186, 2025. DOI: 10.5902/2317175874186. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175874186>. Acesso em: XX/XX/XXXX.